

EDITORIAL

Política e História

H.C. LIMA VAZ

Entre os sinais mais evidentes da crise intelectual do nosso tempo salta à vista esse fenómeno que R. Koselleck denominou a dissolução do tópos clássico **historia magistra vitae** e seu desaparecimento no horizonte cultural da modernidade. Transmitida na sua forma canónica por Políbio e Cícero, repetida de geração em geração, a sentença célebre exprime uma forma de consciência do passado em que este se constitui como **tradição** num sentido eminentemente ético, vem a ser, como constelação exemplar de eventos, de experiências, de ações e normas que orientam a rota do devir histórico, no fugidio presente. O magistério da história é ainda ilustrado por Cícero com as funções de testemunhar, de iluminar, de dar vida ao que jaz aparentemente morto nos arquivos da memória: **testis temporum, lux veritatis, vita memoriae** (*De Oratore*, I, 9, 35). Esse esvaziamento da função pedagógica da história não é senão a outra face da perda da consciência da tradição ética. Ele repercute sobre a prática historiográfica, dando origem a uma situação de profundo paradoxo. Com aguda sensibilidade Nietzsche já experimentara no século XIX – o século por excelência do triunfo da história como ciência – o paradoxo que acompanha o avanço do conhecimento histórico. Na segunda das **Considerações Inatuais (1874)** a sobre a utilidade e a nocividade da história para a vida, ao mesmo tempo em que denuncia a seca ciência erudita do passado como letal para a vida presente, sendo apenas um caminhar entre coisas mortas, Nietzsche exalta o conhecimento dos altos feitos históricos – da **história monumental** – como poderoso impulso para elevar a vida do presente acima da pequenez insignificante do quotidiano. Na verdade, ele reconhece na tarefa historiográfica um alto sentido ético, justamente esse que parece dissipar-se quando a história deixa de ser **magistra vitae**. Mas, é preciso acrescentar que tal sentido floresce apenas quando a árvore do conhecimento histórico recebe sua vida das raízes que trazem do passado a seiva que Santo Irineu de Lião designou, numa expressão enérgica, como **dynamis** **tês paradóseos**, o que quer dizer “a força viva da tradição”.

O que temos hoje diante de nós é a pesquisa historiográfica dispendo

dos mais apurados instrumentos técnicos e conceptuais, estendendo o mais longe possível o seu campo de investigação, abrangendo do modo mais completo, desde as práticas até às crenças, todas as dimensões das culturas e civilizações que nos precederam. Em suma, o que temos indiscutivelmente diante de nós é a história dotada de todos os predicados da ciência. Conviria então perguntar-se, com Nietzsche, se a ciência não seria justamente o astro que se interpõe entre a história e a vida, lançando na escuridão a luz da história como tradição e como lição para a vida. Com efeito, toda essa soma de conhecimentos parece incapaz de inspirar uma mais rica hermenêutica sapiencial do passado, da qual possam fluir lições iluminadoras para o presente: **historia, lux veritatis**. Ao contrário, ela apenas alimenta um minucioso furor classificatório que objetiva passado em categorias e esquemas de interpretação para, aparentemente, melhor desprender-se dele. Na verdade, assistimos hoje a uma irresistível invasão do campo do conhecimento histórico por categorias de natureza ideológica. A escritura da história degrada-se em escritura ideológica, o passado é apenas um objeto cuja significação se transfere para as razões dos interesses em luta no presente.

Como se vê, estamos aqui em face de uma forma extrema de anacronismo. O passado é capturado nas malhas ideológicas do presente e, com isto, o conceito de tradição perde todo o seu sentido. Esse o resultado paradoxal da história-ciência: ela opera a presentificação do tempo histórico no horizonte ideológico da escritura do historiador, muito diversa daquela "fusão de horizontes" (*Horizontverschmelzung*) que, segundo H. - G. Gadamer, tem lugar no trabalho hermenêutico. Esse processo começa a delinear-se com a exaustão das grandes visões da história como progresso que haviam alcançado sua expressão mais grandiosa na filosofia hegeliana. Sua aparição é assinalada pela proclamação, por Marx, na **Ideologia Alemã**, de que tudo é histórico o que significa, afinal, que nada é histórico pois que a história toda foi absorvida na **praxis** revolucionária do presente. Essa **praxis** define-se necessariamente como negação do passado e como tensão extrema para suprimir a contingência e incerteza do futuro: para inaugurar um começo que se perpetua como novidade sempre renovada, como um **nunc aeternitatis** que se instala no tempo para fixá-lo na transparência de um saber e de uma ação que se proclamam começo absoluto. Tal é a tarefa de presentificação como técnica de dominação do tempo a que a história-ciência é convidada a submeter-se. Basta pensar no uso da história nos regimes marxistas e na ideologização da pesquisa e do texto histórico que se difunde nas universidades do Ocidente. Ninguém sabe, aqui, onde acaba a ciência e onde começa o mito. Uma coisa, porém, é certa: a historiografia assim praticada é um ato

eminentemente político de ruptura com a tradição e com o **topos** de inteligibilidade do tempo histórico definido pela regra hermenêutica da **historia, magistra vitae**. Será preciso perguntar-se se o titanismo do começo absoluto que dominou a consciência política dos revolucionários do século XVIII e que se exprimiu no verso virgiliano orgulhosamente inscrito no brasão dos treze estados confederados – **novus ab integro saeculorum nascitur ordo** – não constitui, de fato, o ato inicial dessa imensa empresa de dominação do tempo na qual somos tentados a ver o mais constante e tenaz projeto da modernidade.

Não é preciso ser "progressista" ou "conservador", é suficiente um pouco de bom senso para se verificar que o mito do começo absoluto, sendo o mais poderosamente sedutor para o homem confrontado com a eterna tentação de ser o criador único do seu mundo, é também o mais radicalmente oposto à racionalidade e à sensatez da ação política. Com efeito, sendo por essência ética (ver **SÍNTESE**, 29: 1983, p. 5 – 10), a ação política se refere constitutivamente a uma **tradição**, vem a ser, a um **ethos** que organiza qualitativamente o tempo passado numa perspectiva axiológica em cujo prolongamento pela reiteração, pelo confronto crítico ou mesmo pela transgressão, deverão situar-se as opções ético-políticas do tempo presente. O esvaecer-se do horizonte da tradição em face do avançar dominador do tempo quantitativo ao qual a história-ciência parece submeter-se, abre largamente o espaço para o advento desse nihilismo ético e político que hoje inspira as mais diversas práticas individuais e sociais. Um filósofo polonês dos nossos dias mostrou justamente como o deslocamento do "centro de gravidade" da percepção temporal do passado para o futuro, que acompanha a evolução das técnicas de medida do tempo e de previsão do fluxo dos acontecimentos, assinala igualmente uma forma explícita de politização das relações temporais (K. Pomian, **L'ordre du temps**, Paris, Gallimard, 1984, p. 291-302). Com efeito, ele favorece uma derivação das filosofias da história para as ideologias e essas, na sua forma mais agressiva, se colocam inteiramente a serviço de um futuro cuja elaboração no presente tem início com a negação sem apelo do passado.

A degradação da história-ciência em ideologia e o conseqüente e inevitável dissolver-se da história-tradição com o abandono do **topos** sapiencial da **historia, magistra vitae**, apresentam-se com particular gravidade quando se trata da história de uma instituição para a qual a tradição não é apenas memória e conservação de paradigmas éticos mas penetra muito mais profundamente na constituição da identidade da comunidade histórica, pois se desdobra numa dimensão propriamente metahistórica na qual o evento fundador permanece contemporâneo às obras e atos que a

ele se referem ao longo do tempo (ver SÍNTESE, 24:1982, p.5-9). Tal é o sentido da história-tradição na constituição da natureza da Igreja e na forma que deve assumir sua consciência histórica. Convém observar, por outro lado, que o advento da historiografia científica pôde ser assimilado a seu tempo sem dificuldade por parte da prática eclesiástica tradicional de escritura da história. A moderna ciência da história reconhece, com efeito, uma das suas origens justamente no enorme avanço que o estudo das fontes da história eclesiástica conheceu a partir do século XVI e que a obra dos Bolandistas e dos beneditinos da Congregação de São Mauro (Mauristas), entre outras, iria continuar nos séculos XVII e XVIII. O lustre dessa tradição historiográfica não diminui e continua a brilhar no século XIX, por exemplo com a obra de um Ludwig von Pastor e em nossos dias com a de um Hubert Jedin, de um Henri-Irénéé Marrou e de tantos outros historiadores e instituições de pesquisa histórica.

A recente adoção, por parte de alguns representantes da prática historiográfica na Igreja, de um modo de pensar ideológico que se exprime frequentemente numa fraseologia pseudo-marxista, nada tem a ver, portanto, com o encontro entre ciência histórica e tradição eclesial. Esse encontro vem tendo lugar pacificamente nos últimos séculos e tem assegurado à história da Igreja numa presença brilhante no âmbito da historiografia científica. As origens do fenômeno são outras e devem ser buscadas na profunda mudança das relações entre ciência teológica e prática eclesial que nos últimos tempos teve lugar numa larga frente do pensamento teológico. Capturada nas linhas de força da ideologia da **praxis** revolucionária e do seu mito de um começo absoluto ou de uma história qualitativamente nova, a prática eclesial dos grupos mais avançados nessa linha inspirou uma escritura ideológica da história da Igreja que dissolve, aqui também, o **topos da história, magistra vitae** (com a profunda significação que ele adquire no tempo da Igreja) e, por conseguinte, abandona a própria idéia de tradição. A historiografia torna-se ato político de crítica e rejeição de um certo passado da Igreja e **práxis** instauradora de uma Igreja qualitativamente nova.

Ninguém pode ainda prever o que serão as gerações que sobem para a cena da história e não encontram mais diante de si o relevo definido do horizonte de uma tradição mas, tão somente, o espaço vazio de um futuro para o qual o niilismo ético aponta com a promessa sedutora de que tudo será permitido e possível. Não é apenas a percepção do tempo humano que irá mudar para essas gerações. Mudará sua própria alma. E quem poderá dizer o que será essa nova alma? No limiar da sua **História** Políbio observou que a mais verdadeira cultura e exercitação para a ação

política é o aprendizado da história (Hist. I, 1, 2; tr. br. M.G. Kury, UNB 1985, p. 41). Mas, que história irá aprender aquele diante do qual se desfez o horizonte da tradição? Parece evidente que uma correspondência estrita se estabelece entre o predomínio do fazer técnico onde o tempo é cálculo e previsão, e o predomínio da política como técnica onde o tempo se distende todo na planificação e domínio do futuro. A política como arte e sabedoria (**phrónesis** ou "prudência" no sentido aristotélico) será algo totalmente desconhecido às gerações para as quais o desaparecimento da história-tradição abandonou a história-ciência à condição de puro instrumento de uma razão política homóloga à razão técnica, presas ambas aos desígnios da razão ideológica.

Por outro lado, uma grave ilusão acompanha a tentativa de se recuperar a tradição pelo caminho da sua perda, ou seja, pela absolutização ideológica do passado que ficou conhecida como "tradicionalismo". Do ponto de vista da consciência da história ela é rigorosamente simétrica ao nihilismo ético enquanto opera igualmente uma presentificação do passado em função dos interesses em luta no presente. Neste sentido a percepção "tradicionalista" do tempo, como mostra K. Pomian, privilegia paradoxalmente o futuro no qual projeta um passado imaginário que se propõe ressuscitar ou seja, na verdade, criar como um **novum** que ao antigo irá pedir tão somente a sua consagração ideológica.

Política e história encontram-se no terreno do conceito autêntico de tradição para reunir aí os fios inteligíveis com que o homem entretete no tempo a duração propriamente humana das suas crenças e representações e das suas obras. A política é chamada a exercer-se como **prática** da história ou como arte sapiencial de recompor e aprofundar permanentemente a consensualidade fundamental que permite à comunidade humana perdurar e desenvolver-se no tempo. A História, por sua vez, pode ser definida como **teoria da política**, entendida esta no sentido amplo que lhe dá Aristóteles, abrangendo o agir ético e o agir propriamente político do homem

(Et.Nic. I, 1, 1094 a 26-28), na medida em que rememora e organiza em discurso racionalmente coerente as ações e práticas individuais e sociais e os eventos significativos que, ao longo do tempo, construíram o **ethos** da comunidade ou fizeram do seu tempo histórico o tempo de uma **tradição**.

A hipertrofia sem limites do fazer técnico de uma parte e, de outra, a captação da ciência histórica nas malhas da ideologia, que faz do conhecimento do passado simples instrumento dos interesses e lutas do presen-

te, minam e finalmente destroem o terreno da tradição, deixando aberto apenas o espaço sem referenciais do niilismo ético, onde política e história se degradam em pura técnica do poder e em discurso da ficção idelógica. Assim, não obstante a suspeição que pesa sobre o termo "tradição" nesses tempos de desagregação e descrédito das linguagens instituídas, torna-se urgente a reflexão sobre o verdadeiro conceito de **tradição** e sobre o seu conteúdo ético. Na verdade, esse se apresenta como o único caminho através do qual será possível reencontrar o sentido da política como sabedoria e o da história como mestra da vida.